

Henrique Alves Pinto

O Enquadramento
das Decisões Estruturais
no Código de Processo
Civil de 2015

Prefácio: Dr. Inocêncio Mártires Coelho

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Henrique Alves Pinto

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P659e

Pinto, Henrique Alves.

O enquadramento das decisões estruturais no Código de Processo Civil de 2015 / Henrique Alves Pinto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

284 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 243-264.

1141513

ISBN 978-85-519-1009-2

1. Processo Civil. 2. Código de Processo Civil de 2015.
I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
2. A Insuficiência dos Tradicionais Mecanismos	
Processuais Civis na Tutela dos Direitos Fundamentais.....	9
2.1 A insuficiência da decisão declaratória <i>lato sensu</i> do modelo processual civil do Estado Liberal diante das demandas sociais	9
2.2 As limitações da classificação trinária das sentenças do direito processual civil liberal enquanto instrumento de realização de direitos.....	15
2.3 A neutralidade do órgão julgador no âmbito da teoria da separação dos poderes.....	20
2.4 O papel do Judiciário diante do redimensionamento da teoria da separação dos poderes: aspectos introdutórios à técnica processual das decisões estruturais.....	26
2.5 Nem <i>civil law</i> e nem <i>common law</i> : o palco de atuação das decisões estruturais no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015.....	35
2.6 Decisões estruturais: uma forma excepcional de realização do conteúdo jurídico dos direitos fundamentais pela via jurisdicional	45
3. As Novas Técnicas Processuais Civis Oferecidas pela lei 13.105 de 2015 na Concretização das	
Decisões Estruturais.....	55
3.1 A influência do precedente <i>Brown v. Board of Education of Topeka</i> de 1954 diante da criação do conceito de decisões estruturais.....	55
3.2 A forma encontrada pela Suprema Corte norte-americana na implementação da decisão do caso <i>Brown v. Board of Education</i> : o precedente <i>Brown v. Board of Education II</i>	63

3.3 O panorama atual das structural injunctions no Judiciário norte-americano: breves considerações	70
3.4 As cláusulas gerais do Código de Processo Civil de 2015: condições viabilizadoras das decisões estruturais	77
3.5 A cláusula geral do princípio da atipicidade das formas executivas (art. 139, IV, CPC/15) e a concretização das decisões estruturais	84
3.6 As técnicas de mediação e conciliação do CPC/15 enquanto instrumentos de efetivação das decisões estruturais	93
3.6.1 As novas faces do conflito: análise sociológica.....	93
3.6.2 O microsistema de negociação processual do Código de Processo Civil de 2015 enquanto vetor de implementação de decisões estruturais.....	102
3.7 A atenuação do princípio da demanda como forma de implementação das decisões estruturais	116
3.8 O cumprimento das prestações de fazer e não fazer por meio de decisões estruturais: a abrangência do art. 497 do CPC/15	124
4. O Papel do Judiciário no Combate às Reiteradas Práticas Enfraquecedoras de Direitos Fundamentais por Meio das Decisões Estruturais	139
4.1 Jurisdição constitucional: o caminho por onde transitam as decisões estruturais	139
4.2 As decisões estruturais enquanto vetor de implementação dos direitos fundamentais sociais.....	150
4.3 O mínimo existencial e as decisões estruturais	162
4.4 O Judiciário enquanto agente implementador de políticas públicas através das decisões estruturais	174
4.5 As novas manifestações das omissões inconstitucionais e o seu combate MEDIANTE decisões estruturais	190
4.6 O Estado de Coisas Inconstitucional no contexto das decisões estruturais	205

5. Considerações Gerais a Respeito dos Mecanismos de Controle das Decisões Estruturais	217
5.1 A legislação enquanto mecanismo de controle da atividade judicial estruturante	217
5.2 A fundamentação das decisões estruturais	223
5.3 A impugnação recursal	227
5.4 O controle das decisões estruturais por meio do princípio da proporcionalidade	229
6. Considerações finais	239
Referências	243